



Superior Tribunal de Justiça
Comissão de Regimento Interno
Ata da reunião de 9 de agosto de 2024

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte quatro, foi declarada aberta a reunião da **Comissão de Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça** realizada pelo sistema *Whatsapp*, sob a Presidência do Sr. Ministro **Mauro Campbell Marques** e com a presença dos Srs. Ministros **Isabel Gallotti, Sérgio Kukina, Moura Ribeiro, Reynaldo Soares da Fonseca e Antonio Saldanha Palheiro**.

Primeiramente, o Sr. Ministro **Mauro Campbell Marques** saudou os presentes e passou a palavra ao Sr. Ministro Antônio Saldanha Palheiro para relatar e apreciar a reapreciação do **projeto de emenda regimental n. 125**, único constante da pauta, ao computar-se as discussões havidas na sessão do Plenário do dia sete de agosto de 2024.

O PER em questão foi reaprovaado novamente, à unanimidade, com a seguinte redação, a ser apresentada ao Plenário na forma de projeto substitutivo.

PROJETO DE EMENDA REGIMENTAL N. 125

Em vermelho – inclusões

Em letras tachadas – exclusões

Exclui e altera dispositivos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça para ampliar as hipóteses de julgamento por meio eletrônico, incrementar os mecanismos de transparência à sessão virtual e regular a realização de sustentação oral em ambiente virtual.

Art. 1º Altere-se o *caput* do art. 184-A do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, excluam-se o parágrafo único e incisos do artigo e se lhe acrescentem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º:

“Art. 184-A. Ficam criados órgãos julgadores virtuais correspondentes à Corte Especial, às Seções e às Turmas do Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de julgamento eletrônico de recursos **e ações originárias**.

~~Parágrafo único. Os seguintes recursos podem ser submetidos ao julgamento virtual:~~

~~I – Embargos de Declaração;~~

~~II – Agravo Interno;~~

~~III – Agravo Regimental.~~

§ 1º Todos os recursos internos e todos os demais processos de competência do Tribunal poderão, a critério do relator, ser submetidos a julgamento em listas de processos em ambiente eletrônico, com exceção dos processos autuados nas seguintes classes: Ação Penal (APn), Inquérito (Inq), Queixa Crime (QC), Recurso Especial (REsp) afetado à sistemática dos recursos repetitivos, Incidente de Assunção de Competência (IAC), Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp) e Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp) quando a proposição de qualquer Ministro integrante do Colegiado seja de enfrentamento do mérito do recurso.

§ 2º Os recursos internos poderão ser julgados em sessão virtual independentemente da classe processual.

§ 3º As partes e demais habilitados nos autos, por meio de seus representantes, poderão encaminhar as respectivas sustentações orais por meio eletrônico, após a publicação da pauta, em até 48 horas antes de iniciado o julgamento em ambiente virtual.

§ 4º No caso de pedido de destaque feito por qualquer Ministro, o relator encaminhará o processo ao órgão colegiado competente para reinício de julgamento em ambiente presencial, com publicação de nova pauta, conservando, contudo, os votos eletrônicos dos Ministros que não compõem mais o Tribunal ou o órgão colegiado no momento da nova sessão de julgamento.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o Ministro sucessor poderá proferir voto nos casos em que surja fato novo antes não apreciado pelo Ministro sucedido.

§ 6º Em caso de excepcional urgência, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, os Presidentes das Seções ou os Presidentes das Turmas poderão convocar sessão virtual extraordinária, com prazos fixados no respectivo ato convocatório.

§ 7º Ato do Presidente do Tribunal regulamentará os procedimentos das sessões virtuais.”

Art. 2º O inciso II do art. 184-C passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 184-C

.....
II - publicação da pauta no Diário da Justiça eletrônico com a informação da inclusão do processo, **ressalvadas as hipóteses em que este regimento interno admita a apresentação em mesa para julgamento;**
.....”

Art. 3º Altere-se o *caput* do art. 184-E e se lhe acrescente o parágrafo único:

“Art. 184-E. Transcorrido o prazo previsto no parágrafo único do art. 184-D, de maneira automática, ~~será liberada a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador que decidirão, no prazo de sete dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico~~ **além das sustentações orais e dos memoriais, será dada publicidade, no sistema da sessão virtual, ao relatório e voto do relator e dos demais Ministros, na medida que forem apresentados, ressalvadas as hipóteses de sigilo.**

Parágrafo único. Os Ministros integrantes do respectivo órgão julgador decidirão, no prazo de sete dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.”

Art. 4º Acrescente-se o art. 184-I ao Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça:

“**Art. 184-I. Os julgamentos em ambiente virtual poderão ocorrer por unanimidade ou por maioria, desde que observado o quórum regimental mínimo.**”

Art. 5º Acrescente-se o art. 184-J ao Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça:

“**Art. 184-J. Os Ministros poderão pedir vista na forma deste regimento interno, podendo o julgamento prosseguir em ambiente virtual, salvo se houver destaque para a sessão presencial.**”

Art. 6º Acrescente-se o art. 184-K ao Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça:

“Art. 184-K. No decorrer do julgamento virtual, fica facultado às partes suscitar questões de fato e juntar memoriais.”

Art. 7º Exclua-se os §§ 1º e 2º do art. 184-B.

Art. 8º Esta emenda regimental entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proposta de alteração regimental deriva de consenso entre os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça de que a ampliação das hipóteses de julgamento por meio eletrônico é inovação que permitirá incremento na capacidade deliberativa da Corte na oferta aos jurisdicionados de acesso à Justiça de forma mais célere e efetiva, a exemplo do modelo seguido pelo Supremo Tribunal Federal.

A medida busca compatibilizar, assim, a obrigação constitucional de conferir razoável duração aos processos com o grande volume de demandas, especialmente em *habeas corpus*, submetidas ao Superior Tribunal de Justiça.

O texto do projeto tem por objetivo, ainda, instituir mecanismos de transparência nos julgamentos virtuais para permitir a participação efetiva das partes por meio de seus representantes.

Às onze horas e vinte e cinco minutos foi encerrada a reunião, pelo que eu, Fábio Henrique Cavalcanti Dantas  (Assessor), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Ministro **Mauro Campbell Marques**.


Ministro **Mauro Campbell Marques**
Presidente da Comissão de Regimento Interno